

Aspectos da vida de um burguês (1870-1915)

No dia 1 de Abril de 1870, Carlos Augusto Pereira Basto resolve, por motivos que não explicitou, dar início a um *Diário* onde metodicamente registasse o seu quotidiano. E assim fez... durante quarenta e cinco anos preenchendo um total de 263 volumes¹.

É sobre este «documento» pouco vulgar que vai incidir esta comunicação, que corresponde a uma fase de investigação exploratória, visando a definição dos primeiros parâmetros genealógicos, geracionais, políticos e económicos que enformam a estrutura familiar em que se insere o autor do *Diário*.

Em boa verdade, definido deste modo o objectivo da comunicação, o espólio fica quase totalmente por abordar nas suas múltiplas linhas de análise, tal é a riqueza e a profundidade da minúcia descritiva do seu autor, não só sobre a sua vida, mas também sobre toda a sociedade de então. Contudo, estes «Aspectos da vida de um burguês — 1870-1915» vão permitir depois pré-codificar com maior clareza os elementos recolhidos da análise exaustiva desses exaustivos 263 volumes.

Não se trata de um *Diário* iniciado nalguma fase de adolescência. Muito pelo contrário, é um manuscrito de plena maturidade. Carlos Basto nascera em 1843 (6 de Fevereiro), tendo já portanto 27 anos. Casara-se em 1865 (com 22 anos) e nesse ano de 1870 já todos os seus três filhos tinham nascido. Acresça-se que é ainda no ano do início do *Diário* que o seu sogro é agraciado com o título de visconde² e fica completo o quadro

* Biblioteca Nacional, Lisboa.

¹ *Diário*: início a 1 de Abril de 1870; último dia, 3 de Abril de 1915. São 261 volumes manuscritos, ilustrados a aguarela ou recorte de jornais, de um total(?) de 263. Faltam os n.ºs 34, de 1 de Janeiro a 6 de Abril de 1874, e 111, de 19 a 25 de Agosto de 1891.

Livros de Viagens. Sete livros manuscritos com a viagem a Beja e Évora, 1867; viagem ao Bugio, 1867; passeio ao farol da Guia; visita ao Palácio e Quintas do Marquês de Pombal, em Oeiras, 1868; visita ao Palácio e Quinta de Queluz, 1871.

Livros dos Titulares. Volume manuscrito com os titulares desde o ano de 1870 até 1879.

História dos Ministros em Portugal. Dois volumes manuscritos contendo todos os ministérios entre 1830 e 1915.

² Decreto de 22 e Carta de 26 de Outubro de 1870.

de abordagem mais imediata como enquadrante do personagem e da obra que nos é apresentada. Do ponto de vista económico, a situação é igualmente estável. Com os rendimentos de propriedades imobiliárias, títulos e o juro de empréstimos de capital à casa de seu sogro, C. Basto vive desafogadamente.

Sobre o seu «feitio» pouco fala (não se trata, aliás, de um diário-desabafo). De uma das vezes, porém, solta uma confissão mais reveladora: «Tive de tarde um ataque nervoso que findou por chorar, estive bastante esquisito o resto do dia!!»³ Sobre a sua mulher (a Lili) é bem mais loquaz. É um caso típico de histeria tratado ao nível clínico com os mais avançados processos: os «choques eléctricos» e os «banhos de chuva».

Se o *Diário* é rico por aquilo que explicitamente narra, não é menos rico naquilo que omite. As relações afectivas e sexuais do casal vêm rarissimamente ao de cima ao longo dos quarenta e cinco anos de vida conjugal que o relato abrange. As segundas não são mesmo nunca referidas. Ao folhear o *Diário* encontrámos duas páginas totalmente pintadas a cincento-escuro, sem terem sido redigidas. Havia um intervalo de cinco dias entre o último relato⁴ e o que se seguia a essas páginas: «Quinto dia para mim horroroso [...] tudo para mim é horrível depois das tristíssimas cenas que se passaram a doença de meu pai [...] entre estas tristes circunstâncias estava eu como cúmplice de um nefando crime [...] todo eu estremecia lembrando-me da cena a que por um excesso de leviandade e de amizade tinha dado causa [...] Terça-Feira 20 — Neste espaço de tempo tenho tido três pontos que me têm morto pois são muitíssimo fortes vêm a ser: o desprezo da Lili por mim, meu sogro dizer que eu a tinha ameaçado com a morte e n'uma carta que eu me tornaria o assassino de sua filha [...]»

Estas linhas pouco adiantam contudo. Nem os motivos que levaram C. Basto a redigir o seu *Diário* são questão fundamental. Escreveu-o e isso é um facto. Antes ensaiara já alguns relatos, breves diários de viagem (nem por isso menos ricos) mas já igualmente descritivos.

A raridade deste tipo de documentos e, dum modo mais vasto, a quase inexistência de trabalhos sobre a estrutura das famílias burguesas dos séculos XVIII e XIX levam-nos a fazer uma chamada de atenção para a importância do estudo dessas estruturas tantas vezes determinantes de comportamentos que, de outro modo, permanecem pouco claros para os historiadores. É, quer-nos parecer, em grande parte do desenvolvimento de sérios estudos biográficos que poderão, em certa medida, ser reavaliadas certas afirmações sobre os mecanismos da sociedade portuguesa dos dois séculos e, sobretudo, ser dado um incremento decisivo para a compreensão dos mecanismos e das estruturas mentais que caracterizam a nossa burguesia.

³ 2 de Julho de 1871.

⁴ 10 de Agosto de 1872.

Se é certo que não abundam os arquivos pessoais inclusos em arquivos públicos, não é menos verdade que há importantes espólios documentais que permitem suprir o difícil acesso a documentação ainda propriedade privada, quando não desaparecida na voragem das vicissitudes familiares. Não deixa ainda de ser pertinente referir a importância dos inexplorados arquivos empresariais, repositório de documentação fundamental para o estudo da burguesia industrial, como o pudemos confirmar no trabalho que desenvolvemos sobre o espólio da Real Fábrica de Fiação de Tomar.

É inegável que há momentos precisos em que condicionantes de diversa natureza: psicológicas, familiares, afectivas, etc., alteram significativamente o comportamento dos homens, provocando importantes alterações de conduta; lacunas «lógicas» que o historiador dificilmente pode justificar.

A história da família Bessone é bem um exemplo da influência desses factores no apogeu e queda de uma família burguesa, possíveis de analisar através do espólio constituído pelo *Diário* e das fontes acessórias que o completam. É que, se esse *Diário* nos permite, até à exaustão, refazer um percurso de quarenta e cinco anos de vida familiar, permite ainda, numa investigação prospectiva, analisar os antecedentes das condicionantes englobantes desse percurso, viabilizando uma leitura que permitirá a seu modo uma análise da burguesia de Novecentos.

O ponto em torno do qual a «história» gira em ambos os sentidos, isto é, no qual culmina uma sequência geracional que influencia decisivamente outra, é a falência do capitalista Tomás Maria Bessone. Falência por motivos comerciais? Políticos? Conjuntura internacional? Ou: «O nome de Thomaz Maria Bessone chegou a merecer a Direcção do Banco de Portugal a deferência de não se lhe exigirem as formalidades legais em operações importantíssimas [...] Todavia Thomaz Maria Bessone deixou de merecer crédito e consideração para a direcção do Banco de Portugal, desde que Thomaz Maria Bessone, Júnior, tentou casar com uma tutelada do sr. José Lourenço da Luz (director do Banco de Portugal), herdeira de fortuna superior a duzentos contos, mas *menos rica* do que a irmã da mesma herdeira que o sr. José Lourenço da Luz, *sob a sua tutela*, fizera sua nora [...] Acredito porém sinceramente que se o sr. José Lourenço da Luz não tivesse outro filho solteiro, a sua conduta para comigo nunca teria deixado de ser justa. O que tenho unicamente a lamentar é que o sr. José Lourenço da Luz se servisse do Banco de Portugal para instrumento dos seus despeitos.»

Não é certamente o despeito o único motivo da falência dessa família, que entrara em curva ascendente na última metade do século XVIII. Nela convergem também, porventura, o declínio político de alguém que foi aceso cabralista, o *échec* de uma especulação bancária sobre as praças do Brasil e, porque não?, uma alteração constatável no capitalismo português pós-Regeneração.

ABORDAGEM GENEALÓGICA

C. Basto é filho de Nuno José Peixoto Basto (1804-73) e de Margarida Angélica de Carvalho Basto. Tem um único irmão: Nuno José Pereira Basto, nascido em 1834. Seu pai foi negociante matriculado na Praça do Comércio e pertenceu à classe dos mercadores. Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1849-50, primeiro como vice-presidente e depois como presidente. Serviu durante muitos anos gratuitamente o lugar de tesoureiro da Misericórdia de Lisboa. Foi condecorado com os hábitos de Cristo, de Conceição de Vila Viçosa e de Carlos III de Espanha e com a medalha n.º 2 das Campanhas da Liberdade e a Comenda de Cristo. A sua vida militar merece também registo especial. Assentou praça no regimento do comércio em 1823 e seguiu os postos até coronel em 1846, ficando com as honras inerentes ao posto quando se desfizeram os batalhões. Nascido em 1804, o pai de C. Basto assistiu, certamente empolgado, à revolução de 20, tinha então 16 anos, 24 quando do golpe miguelista de 1828 e 30 quando da vitória dos liberais. Presente, através dos batalhões de voluntários do comércio, nas lutas civis da primeira metade do século XIX, acaba por ser eleito presidente da Câmara quando do regresso do conde de Tomar.

Por casamento, ambos os filhos ficam ligados à família Bessone. Nuno Basto casa-se com Carolina Maria Bessone e o seu irmão Carlos com Leopoldina Maria Bessone (Lili), ambas filhas de Tomás Maria Bessone, figura grada do capitalismo português das décadas de 40 a 60.

Tomás Maria Bessone nasceu em Lisboa, a 11 de Agosto de 1815, filho de Romão Maria Bessone, negociante da Praça do Comércio de Lisboa, e de Gertrudes Maria Bessone. Casa em primeiras núpcias, a 9 de Fevereiro de 1839, com Maria do Carmo Faria. Esta é, por sua vez, filha de Joaquina Helena Schiappa e Sebastião António Faria, também comerciante da praça de Lisboa. A biografia de Tomás Maria Bessone é vasta e interliga-se profundamente com a problemática económica do Portugal de meados de Oitocentos.

Importa sublinhar desde já dois pontos de contacto com a futura camicia de seus genros. Em 1850, T. M. Bessone é vereador da Câmara Municipal de Lisboa, sob a presidência do futuro sogro de suas filhas, Nuno Peixoto Basto. Tinha, aliás, já exercido o mesmo cargo no biénio de 1845-46, durante o primeiro período cabralista. Segundo tal, como N. P. Basto, viria a pertencer aos batalhões de voluntários do comércio. Alistou-se primeiro como voluntário do exército libertador no próprio dia 24 de Julho de 1833, com 18 anos incompletos. Só em 1840, quando se organizaram os batalhões, se incorporou no do comércio, ascendendo ao posto de alferes. É certo que entre os dois homens existe uma significativa diferença de idades. Em 1820, N. P. Basto tinha 16 anos e T. M. Bessone apenas 5. Em 1829, o primeiro tinha 24 e o segundo 13. Quando da vitória das lutas liberais, um 30 e o outro 19. Até então

separava-os com nítida evidência essa diferença de onze anos. A revolução de 20 terá passado despercebida ao futuro capitalista. O miguelismo, com treze anos, e a guerra civil subsequente foram os primeiros impactes com a sociedade portuguesa de então. Sendo ambos liberais, irão depois «combater» lado a lado em torno da bandeira cabralista.

A situação económica dos dois agregados familiares formados pelos casamentos dos dois irmãos com as duas filhas do primeiro casamento de T. Bessone caminha por longos anos a par na sua estrutura. Em 1870, quando o *Diário* se inicia, são ambos proprietários de bens imobiliários e de algumas obrigações e capitalistas da firma Bessone e Barbosa. As duas famílias interligam-se numa estrutura económica familiar, sublinhada por um completo sistema de compromissos e empréstimos. A 18 de Outubro de 1870 constitui-se uma sociedade com um capital total de 172 contos, assim distribuídos:

	Contos
Barbosa (pai)	15
Barbosa (filho)	6
T. M. Bessone	97
Frederico Bessone	18
Alfredo Bessone	18
Nuno Basto	9
Carlos Basto	9

Isto é: dois elementos da família Barbosa, sócios minoritários, mas os reais administradores, Tomás Maria Bessone e os seus quatro filhos do primeiro casamento, dois deles representados por seus genros. Os dois filhos do seu segundo casamento eram ainda menores.

A própria estrutura dos matrimónios que uniram duplamente as duas famílias não esquece o aspecto material. A 22 de Outubro de 1870, Carlos Basto escreve: «[...] decidiu-se que pelas nossas escripturas de casamento não podemos empregar todos os bens que vierem, senão em prédios ou inscripções.»

A abalada estrutura da casa Bessone não permite saída de capitais dos seus fundos: «[...] assinámos uma escriptura eu e minha mulher de emprestimo à Sociedade Bessone e Barbosa de 3:846\$865 Rs (legítima da mãe de minha mulher) letras a trimestre ao juro de 50 % por cento começo da primeira prestação a 5 de Abril de 1871»⁵

As duas famílias Bessone Basto vivem desafogada e despreocupadamente de rendas e juros de capital até 1877. A partir dessa data vão-se consumir importantes alterações na vida dos dois casais. Primeiro, morrera já o pai dos Bastos em 1873, tendo-se em 1874 iniciado o processo de partilhas. Depois, em 1877, é a vez de o visconde de Bessone morrer, em Lisboa, a 6 de Agosto, dando início a um complexo processo de partilhas, não só devido ao estado financeiro dos seus negócios, como também ao facto de existirem herdeiros dos dois casa-

⁵ 5 de Janeiro de 1871.

mentos e estarem ainda, pelo motivo que atrás apontámos, incluídos nos fundos financeiros do visconde os dotes das suas duas filhas do primeiro casamento. Essa situação, relacionada com a crise de 76, vai alterar parcial, mas significativamente, as estruturas económicas dos dois casais. Primeiro procuram realizar algumas liquidez e depois investem-na no comércio. A 9 de Outubro de 1877, Carlos Basto vende um prédio que lhe rende 4700\$000 e a 13 do mesmo mês fazem a libertação das obrigações das acções dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro, no montante de 4350\$000. Em Dezembro do mesmo ano iniciam um negócio de azeites de Azeitão, constituindo a Sociedade Basto e Filhos, com quotas individuais de 50\$000. Desde então, paralelamente ao estatuto de comerciantes, mantêm o de proprietários auferindo rendas. As suas actividades como comerciantes centram-se, para além do mercado nacional, na exportação de azeites e licores para os Açores, Luanda e S. Tomé, Brasil, Londres e Liverpool. Abrem escritório na Rua de Vitorino Damásio, 10-12, e depósito na Rua de 24 de Julho, 316-318, em Lisboa.

Roteiro das casas que Carlos Basto habitou

SOLTEIRO — Rua da Condeça, 80.

CASADO — 1.ª (?)

2.ª Rua de 24 de Julho, 37 — 1876 (início de comerciante).

3.ª Rua da Boa Vista, 2.º andar — 1884 (princípio da falência).

4.ª Rua das Janelas Verdes, 1, 1.º andar — 1891 (empregado de escritório).

5.ª Travessa da Estrela, 10, 1.º andar — 1893 (despachante).

A vida de ambos os casais parece manter o grau de desafogo dos primeiros tempos do *Diário*. É certo que o «meio» social onde circulam se modificou. Sendo mais explícito, a modificação parece obedecer às seguintes determinantes: primeiro, a estrutura e o estatuto social onde as duas famílias Bessone Basto se vão inserir são os do seu sogro; elas, porque são mulheres, não pautam, eles porque o estatuto social do sogro era o mais elevado. É na quinta luxuosa da Penha Longa que largos meses do *Diário* se passam. É no convívio com Suas Majestades e nos bailes da corte e nos banhos em Paço de Arcos, etc.; segundo, morto o visconde de Bessone, desagregada a sua já debilitada fortuna, vendida a Quinta da Penha Longa, o estatuto de comerciante não tem por detrás de si uma carteira suficientemente forte para manter o *standing* do anterior estado. Até porque agora se trabalha, coisa que C. Basto não fez até aos 34 anos e seu irmão até aos 41. Se bem que haja um núcleo de amigos que se mantêm, onde sobressai pela constância de 45 anos o antigo capelão do seu sogro, P. Castro, depois capelão da Casa Real, há toda uma outra área de actuação que os insere na classe dos comerciantes, afastando-se num primeiro passo da vida privilegiada dos proprietários. As férias deslocam-se para Azeitão, centro dos seus interesses comerciais. O desafogo continuava contudo a ser

grande e em 1878 é ainda suficiente para custear uma longa viagem a Espanha e a França para C. Basto e a sua Lili, a par de múltiplas viagens pelo País.

A partir de 1884 as coisas começam-se a complicar. Os prelúdios da crise que viria a eclodir estão já latentes. Em 1886 são vendidos alguns casais para acudir às exigências. Em 1887 a crise é já irremediável e no ano seguinte inicia-se a falência. Os filhos empregam-se, a filha só tardiamente se casará⁶. Esses anos que vão decorrer entre 1889 e 1891 são de uma realidade angustiante: «[...] fez 23 anos o meu filho Carlos não lhe pode dar nada [...]»⁷ «[...] fomos a outra reunião para podermos arranjar dinheiro para comer [...]»⁸ Em 1890-91 vive de objectos que faz, prospector de publicidade que pinta, etc. Em Setembro de 1891 vai trabalhar como empregado de escritório para a Fábrica de Bolachas de Eduardo Costa: «[...] o ordenado é pequeno [...]»⁹ Em 1896, quando morre sua cunhada, sintetiza em poucas linhas o itinerário dessas duas famílias: «[...] morreu uma senhora que foi uma esposa exemplaríssima e se no começo da sua vida teve a felicidade e quietação que lhe proporcionou uma grande fortuna passou os últimos anos da sua vida sofrendo as maiores privações a ponto de não ter quasi que vestir.»¹⁰ Enquanto isso, C. Basto mudara pela última vez de profissão: desde 28 de Dezembro de 1892 que passara a ser despachante oficial, profissão que manterá até ao fim da vida, vinte e três anos depois, sempre ao sabor das diversas crises económicas que se reflectem inevitavelmente na sua profissão.

VECTORES ECONÓMICOS CONVERGENTES

Definir-se-ão adiante quatro gerações em presença: a de 10 (1810), a de 30, a de 70 e a de 90 (Ultimatum Inglês).

À primeira delas pertencem os avós dos casais Bessone Basto, protagonistas do *Diário*. Na família Bessone é a geração que vai «usufruir» com a acumulação de capital vindo de trás. O principal agente dessa transformação (desenvolvimento) é Tomás Maria Bessone (tio), fundador da importante casa comercial que centra o desenvolvimento do seu negócio num intenso movimento comercial que triangulava entre a metrópole e os principais portos de África e do Oriente no comércio de especiarias e num circuito pouco vulgar para a época. A esta actividade junta-se a de capitalista no recém-criado Banco de Lisboa¹¹.

Só nesta geração reúnem-se três comerciantes: T. M. Bessone (tio), Romão Maria Bessone (pai) e Sebastião António

⁶ Com 32 anos.

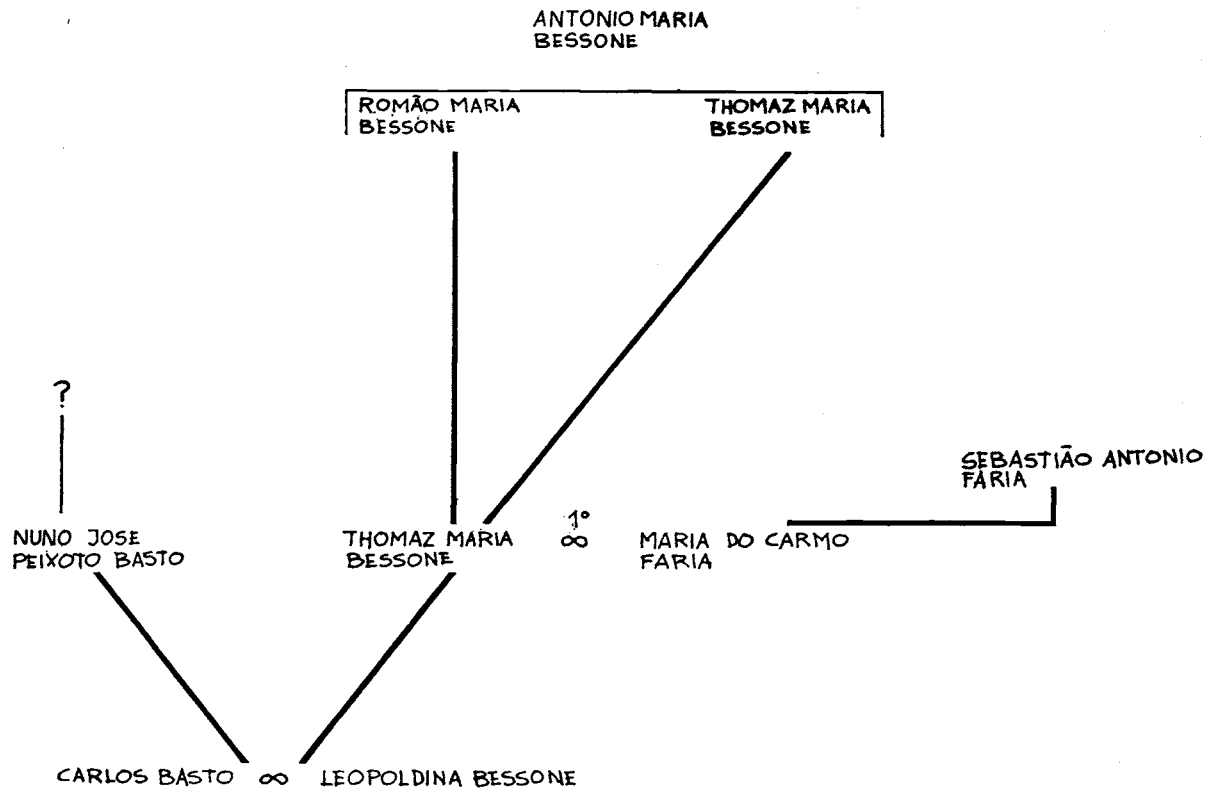
⁷ 26 de Setembro de 1889.

⁸ Id.

⁹ 1 de Setembro de 1891.

¹⁰ 1 de Dezembro de 1896.

¹¹ 1821.



Faria, sogro de T. M. Bessone (filho). Estes três vectores convergem na figura do capitalista e futuro visconde de Bessone, que representa, juntamente com Nuno José Peixoto Basto, a segunda geração em presença no *Diário*: a de 30. E convergem quer por casamento quer por dupla herança, já que T. M. Bessone (tio), não tendo descendentes, deixa toda a fortuna a seu sobrinho.

Ao visconde de Bessone se vai dever a inflexão decisiva para práticas capitalistas puras, tornando-se numa figura decisiva nas décadas de 40 a 60.

Importa ainda sublinhar que o visconde de Bessone não usufruiu directamente da venda dos bens nacionais. Os que vem a possuir: a Quinta da Penha Longa e uma propriedade nas lezírias, são fruto de compra «em segunda mão». No caso da Quinta da Penha Longa, ex-Convento dos Frades da Ordem de São Gregório, foi adquirida ao marechal duque de Saldanha, que a comprara em 1836 por 21 000\$000 em títulos¹². A quinta permanecerá apenas uma geração na família, sendo vendida ao conde da Gandarinha após a morte do visconde.

Para além disso, é importante sublinhar que a Quinta da Penha Longa é uma propriedade de luxo, e não de rendimento, e mesmo as terras de lezíria que o visconde possui nada têm a ver com a estrutura das suas receitas.

Por outro lado, o colega de vereação camarária e futuro sogro de suas filhas, N. P. Basto, é também um comerciante inscrito na classe dos mercadores, fazendo assim convergir nas duas famílias Bessone e Basto uma estrutura económica familiar duplamente comercial e capitalista, que à data do início do *Diário* se encontrava já numa curva descendente, vivendo essencialmente de rendas (caso dos Bastos) e de debilitados negócios (caso dos Bessones), que lançam recurso a uma sociedade «Bessone e Barbosa»¹³ no início dos anos 70.

Não é pois de estranhar que C. Basto e o seu irmão vivam de rendas, de propriedades imobiliárias, de títulos e de juros de capital investidos nos difíceis negócios de seu sogro.

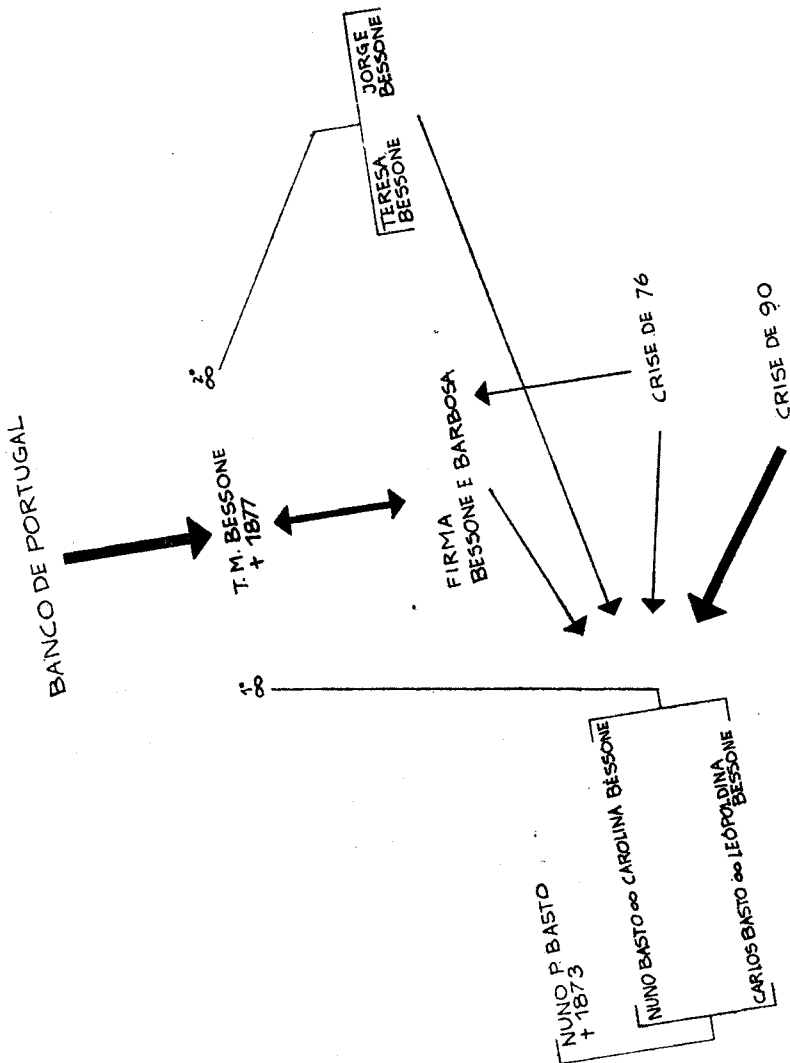
São estes, em linhas gerais, os vectores convergentes na posição socioeconómica das famílias Bessone e Basto que vamos detectar no início do *Diário*.

FACTORES DE DESAGREGAÇÃO ECONÓMICA

Carlos Basto poderia muito bem ter sido um feliz herdado (quer por seu lado, quer pelo de sua mulher), sem problemas económicos de maior. Cedo, porém, o desafio foi cedendo

¹² Lista n.º 44, *Diário do Governo*, n.º 58, de 1836. Avaliada por 8400\$000, foi vendida por 21 000\$000 a 13 de Abril. Estes dados foram-nos cedidos pelo Dr. Luís Espinha da Silveira.

¹³ A casa Bessone e Barbosa ainda existe, tendo a sua sede na Rua de 24 de Julho.



lugar a uma angustiante situação financeira. No espaço de dez anos (1877-87) consuma-se irremediavelmente a desagregação das estruturas económicas familiares.

Primeiro morre seu pai, N. P. Basto, em 1873, iniciando-se o processo de partilhas no ano seguinte, já bem próximo da crise de 1876. Em 1877 é a vez de morrer o visconde de Bessone. Quanto à sua fortuna, diz um dos biógrafos: «Por sua intervenção, muitos e importantes negócios comerciais se decidiam, cuja solução dependia da Direcção do Banco de Portugal, acrescia a tudo isto a íntima amizade que o ligava ao presidente da Direcção que então era, o Par do Reino José Lourenço da Luz¹⁴. Da amizade e confiança do nosso biografado no referido presidente da Direcção do Banco de Portugal se originou a ruína da casa Bessone.»¹⁵ Consumada essa ruína, o visconde lança a firma Bessone e Barbosa. «O gerente da firma [...] é o antigo caixa — e sempre leal amigo da casa Bessone, José António d'Almeida Barbosa.»¹⁶

Essa firma, como atrás se viu, era uma sociedade composta pelas famílias Bessone (visconde, filhos e genros) e Barbosa (pai e filho), sendo aquele o principal accionista e este o gerente. Nominalmente, contudo, apenas aparecem os filhos do primeiro casamento do visconde. Sendo de crer que os filhos do segundo casamento (Teresa e Jorge Bessone), à data ainda menores, estejam incluídos na sua parte. Contudo, a morte de T. M. Bessone vai implicar um complexo processo de partilhas, vendo-se as duas famílias Bessone e Basto impossibilitadas de levantar os dotes de suas mulheres investidos na firma Bessone e Barbosa¹⁷.

A estes factores se vai juntar um segundo grupo que age de forma englobante. A crise de 1876 provoca uma quebra nos rendimentos das famílias Bessone e Basto e coloca-as perante a inevitabilidade de terem de procurar outro processo de investimento do capital. Optam, por tradição talvez, pelo comércio. Para isso realizam alguma liquidez, vendendo prédios e acções que investem depois num negócio de azeites (preparadores e exportadores). E será a falência desse negócio na crise de 1890 o último dos factores de desagregação económica, levando uma família de proprietários (1.ª fase), de proprietários e comerciantes (2.ª fase) a *funcionários*, com tudo o que o termo implica e nas gradações que atrás referimos.

¹⁴ José Lourenço Luz Gomes (1800-82). Médico, lente jubilado. Partidário do conde de Tomar. Deputado eleito em todas as legislaturas entre 1845 e 1851. Par do Reino por Decreto de 17 de Maio de 1861. Membro do conselho da rainha D. Maria II. Presidente da direcção do Banco de Portugal.

¹⁵ *Visconde de Bessone: Esboço Biográfico*, Lisboa, Typ. Lisbo-nense, 1875.

¹⁶ *Ibid.*, id.

¹⁷ A 15 de Dezembro de 1891, Carlos Basto escreve no seu *Diário*: «[...] sentença favorável no Tribunal em relação à venda do dote da Lili para estabelecimento de um dos filhos.»

INSERÇÃO POLÍTICA DAS FAMÍLIAS BESSONE E BASTO

Nem T. M. Bessone nem N. P. Basto são homens da revolução de 20, nem tão-pouco desembarcaram no Mindelo. São voluntários dos batalhões do comércio, cartistas e principalmente cabralistas. A estrutura de relações político-económicas é particularmente significativa. O primeiro cargo público do visconde aos 30 anos de idade (1845) é de vereador das praças da Câmara Municipal de Lisboa. É seu colega de vereação o seu amigo José Lourenço da Luz (vereador fiscal e cemitérios), que, como presidente da direcção do Banco de Portugal, será o principal agente da sua falência.

Esta eleição estará certamente ligada com o apoio económico que deu em 1844 ao Governo cartista do duque da Terceira, e principalmente ao seu ministro da Fazenda, barão do Tojal.

Na crise financeira então declarada foi T. M. Bessone o único que aceitou dar cobertura económica ao Governo, que lutava com uma total falta de crédito e a total desconfiança pública. Nessa data e nessa situação precisa era presidente do Banco de Lisboa seu tio, completando-se assim um primeiro *sketch* de relações pessoais e políticas. D. Maria II não se poupou a elogios públicos¹⁸ e essa situação de favor será por mais de uma vez repetida.

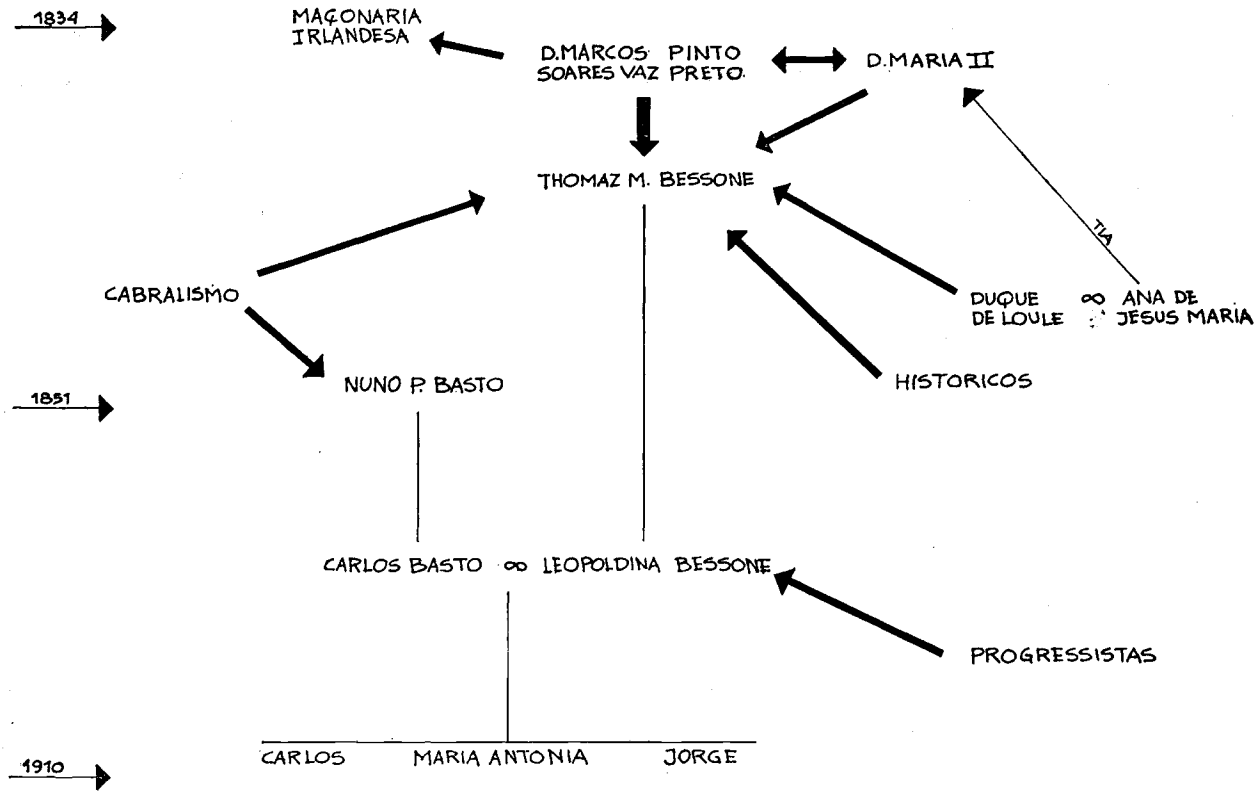
Mas é sobretudo no 2.º período cabralista que T. M. Bessone conhecerá uma maior importância. A posição no Banco de Portugal, D. Maria III e o P.º D. Marcos Pinto Soares Vaz Preto¹⁹ são os pontos-chave. Um dos seus biógrafos escreve: «Os serviços feitos pelo visconde de Bessone foram relevantíssimos no ano de 1851; estando plenamente ao alcance dos segredos da alta política do Estado. Nada porém podemos revelar a este respeito, mas afirmamos, somente, que ele foi o íntimo de D. Marcos Pinto Soares Vaz Preto.»

T. M. Bessone será uma vez mais vereador camarário (no biénio 1850-51), desta vez sobre a presidência de N. P. Basto, futuro sogro de suas filhas e com quem convivera já nos tempos em que ambos andaram pelos batalhões do comércio.

Se bem que não seja por enquanto possível dar leitura ao facto, é importante referir que o P.º Marcos está ligado a um dos movimentos maçónicos de Portugal de Oitocentos. É o fundador em Portugal (10 de Setembro de 1837), juntamente com um citado architecto Silva, da Casa Real (possivelmente Joaquim Possidónio Narciso da Silva), da Grande Loja Provincial do Oriente Irlandês, que, como o próprio nome indica, é a secção lusitana do Oriente Irlandês da cidade de Dublin.

¹⁸ Portarias do Tesouro Público de 17 de Janeiro, de 12, 17 e 24 de Fevereiro e de 17 de Outubro e Decreto de 17 de Fevereiro de 1844.

¹⁹ Marcos Pinto Soares Vaz Preto (1782-1867). Exilou-se em França no período miguelista e deslocou-se depois para a ilha Terceira, vindo a desembarcar no Mindelo. Foi presidente da Comissão de Reforma Eclesiástica, nomeada em 1833 por D. Pedro. Foi deputado nas legislaturas de 1834 a 1836; 1842; 1845; 1846; 1848 a 1851. Íntimo da Casa Real e confessor da rainha D. Maria II, foi partidário do irmão Costa Cabral.



Dentre as poucas referências que se encontram sobre este agrupamento figura a nomeação de Frederico Guilherme da Silva Pereira, irmão do conde das Antas, para grão-mestre.

A Regeneração, em 1851, a morte do P.^o Marcos, em Dezembro do mesmo ano, e a de D. Maria III, em 1853, vêm alterar significativamente o enquadramento político da família Bessone e também da Basto.

Passada a fase cabralista, a primeira ligação política aparece com a nomeação de T. M. Bessone para o projecto de reforma das alfândegas. O convite é feito por José Jorge Loureiro ²⁰, ministro da Fazenda do 1.^o Governo histórico, presidido pelo duque de Loulé, casado com D. Ana de Jesus Maria, tia da rainha D. Maria II.

José Jorge Loureiro está, por seu lado, ligado por laços familiares à Real Fábrica de Fiação de Tomar, de que a família Loureiro foi proprietária até 1873.

Depois, em 1861, noutro Gabinete histórico, é a vez de Sá da Bandeira o nomear para a redacção do projecto da Companhia de Moçambique, onde o visconde virá a perder 45 000\$000, juntamente com a falência provocada pelo Banco de Portugal, terminando assim a sua carreira de capitalista.

A geração seguinte, representada por Nuno e Carlos Basto, apoia o Partido Progressista, do Sr. José Luciano de Castro. A 29 de Junho de 1884, C. Basto declara explicitamente: «Fui à missa do meio dia e depois fui votar eram as eleições de deputados pela nova lei por acumulação e por minoria. Votei no Dr. Francisco Beirão, Dr. Vicente Monteiro, Dr. Simões e Dr. J. G. Pacheco [...]» ²¹

Era a evolução lógica de uma família que roçou o *cartismo* inicial, foi devotadamente *cabralista*, preferiu naturalmente os *históricos* aos *regeneradores* e persistiu na geração seguinte votando *progressista*.

A falência dos anos 90 e a gravíssima crise económica que as famílias Bessone e Basto vão atravessar não as vão contudo tornar mais receptivas à nova linguagem regeneracionista: o republicanismo. Fiel ao princípio monárquico, C. Basto olhará sempre com manifesta inimizade o regime republicano.

²⁰ José Jorge Loureiro (1791-1860) é um dos doze filhos de Domingos Gomes Loureiro, comerciante da praça de Lisboa que em 1816 adquire em nome da Companhia Domingos Gomes Loureiro e Filhos 8 acções da Fábrica de Fiação de Thomar por 24 contos de réis, ficando esta propriedade na família até 1873. José Jorge Loureiro foi ministro da Guerra e presidente do Ministério em 1835, no Governo (18 de Novembro de 1835 a 20 de Abril de 1836) de «esquerda» que substituiu Saldanha. Em 1842 faz parte do primeiro Governo cartista (9 a 24 de Fevereiro de 1842). Em 1846 faz parte da terceira recomposição do Governo formado após a queda de Costa Cabral, ocupando as pastas da Guerra e do Ultramar. Dez anos depois, a 6 de Junho de 1856, faz parte do primeiro Governo histórico, ocupando as pastas da Guerra e da Fazenda até 23 de Janeiro de 1857.

²¹ A lei eleitoral referida é a de 1884 de Fontes Pereira de Melo. Introduce o sistema de votação com lista incompleta, garantindo às minorias uma representação proporcional aos votos obtidos.

Os candidatos da lista progressista em que vota são: Francisco António da Veiga Beirão, Vicente Rodrigues Monteiro e José Simões Dias.

